



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

DETERMINO À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO QUE, INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, PARA:

CONVOCAR PESSOA JURÍDICA CAPACITADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA AO LONGO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES



EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 001/2009

PROCESSO Nº. 174/2009

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que a partir das 08:00 horas do dia 02/01/2014, no Departamento de Licitações da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, serão recebidos e abertos os documentos, de conformidade com as condições ora expostas e pelas seguintes razões:

A realidade do sinuoso processo de urbanização do município de Navegantes, que pela formação do grande volume de assentamentos irregulares constitui uma das mais poderosas engrenagens da máquina de exclusão social/territorial de seus munícipes;

A explosão demográfica verificada neste município, de maneira notável nos últimos 5 anos, explicada pela promessa de empregos diretos e indiretos oriundos principalmente da instalação do grande projeto do Porto de Navegantes;

Que a referida ocupação desordenada insta na implantação da regularização fundiária de forma sustentável aos moldes delineados pela Política Nacional de Regularização Fundiária em desenvolvimento no país para adequar o município à realidade da cidade formal;

Que a administração municipal não teve condições de acompanhar tal intensa e veloz transformação que aconteceu, e continua acontecendo pela extensão de todo o município;

Ser de incumbência do Poder Público local a promoção da política de desenvolvimento urbano, objetivando o pleno ordenamento das funções sociais da cidade e do território como um todo, de forma a garantir o bem-estar de suas populações, consoante inteligência do artigo 182 da Constituição Federal;

A urgência da implementação de um plano eficaz, e que de maneira precisa, ágil, fundamentado em salutar bom senso, **(i)** assegure o direito à moradia àqueles que poderão consolidar-se onde será possível/permitido; **(ii)** remova de maneira ordenada e consciente e de acordo com os programas municipais disponíveis as famílias ocupantes de locais de risco, impedimento ou inapropriado; **(iii)** garanta o cumprimento da função social da propriedade, assim estancando a questão da referida informalidade conferida por toda a extensão de Navegantes, e da mesma



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

forma solucionando a inegável problemática constituída – o que reflete em benefício direto para o município como um todo;

Que a regularização fundiária – por meio de seus planos e programas – é a forma de viabilizar a busca ao reconhecimento constitucional do direito social de moradia, materializados através de diversos instrumentos jurídicos, dentre os quais ressalta-se as ferramentas previstas no Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/01), para regularização fundiária dos assentamentos informais em áreas urbanas municipais de titularidade pública e/ou privada;

Que a Regularização Fundiária é a maneira de reconhecimento de segurança da posse, de promoção de integração sócio-espacial das áreas e comunidades, de diminuição da pobreza social e uma condição de enfrentamento do enorme passivo sócio-ambiental gerado ao longo dessas décadas de crescimento urbano intenso nas cidades brasileiras;

Que o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina já no ano de 1999 criou o “Provimento nº37/99”, transformado em agosto de 2008 na resolução nº11/08, instituindo o Projeto “Lar Legal”, que tem por escopo a regularização do registro de imóveis urbanos e urbanizados loteados, desmembrados, fracionados ou não;

Que pelo acertado instrumento criado, o Tribunal de Justiça municiou o Estado de Santa Catarina e seus municípios com uma poderosa ferramenta que aplicados em perfeita consonância com os referidos instrumentos previstos pela Legislação Federal, possibilitará o combate à referida “marginalização” desta parcela da população afetada, decorrentes da irregularidade fundiária;

O Estado Democrático de Direito, em que a plenitude do exercício da cidadania, pelo resguardo dos valores mínimos da dignidade humana, avulta com um de seus autênticos objetivos fundamentais, bem como que a Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é integrante, estabeleceu convenção no sentido de que a moradia constitui-se em direito social fundamental do cidadão, e que, igualmente, a Emenda Constitucional n. 26, de 14 de fevereiro de 2000, incluiu entre os preceitos da Constituição Federal do Brasil a moradia como direito social fundamental;

As diretrizes, os princípios e os instrumentos jurídicos, políticos e técnicos estabelecidos pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), que fixa normas de ordem pública e interesse social reguladoras do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, e, ainda, pela Resolução do Tribunal de Justiça que preceitua o Projeto Lar Legal e demais normas vigentes aplicáveis à disciplina da ocupação e do uso do espaço urbano;



Que o Estatuto das Cidades estabelece, como uma de suas diretrizes, a regularização fundiária e urbanização, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerada a situação socioeconômica da população envolvida e as normas ambientais (art. 2º, XIV);

A falta de possibilidade por parte da administração pública municipal em realizar e tampouco custear os procedimentos técnicos, os quais serão arcados pelos moradores contemplados e que entendam por bem participar do Plano de Regularização que se desenvolverá pelo município;

Que os valores serão previamente determinados pela administração pública, e cuja forma de pagamento será adequada à realidade dos munícipes contemplados;

A intenção e a concreta possibilidade do município desenvolver formas de incentivos e benefícios que viabilizarão a participação de todos no Plano de Regularização Fundiária em atendimento aos preceitos da Lei Federal nº 10.257/2001;

Que o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, representado pela coordenadoria do Programa Lar Legal, e em específico pela D. Juízo da Comarca declinaram a posição em favor do desenvolvimento da Regularização Fundiária nos termos apresentados no Plano de Regularização desenvolvido pela administração municipal;

O direto e efetivo ganho de todos pela execução da Regularização Fundiária no município de Navegantes nos termos delineados no Plano de Regularização específico desenvolvido, seja para os munícipes contemplados, seja para os demais pela valorização do município como o todo, bem como para administração pública pelo correto cadastramento e demais procedimentos pertinentes e necessários para uma saudável e correta gestão administrativa;

1 - OBJETO

1.1 Credenciamento de pessoa jurídica capacitada para o desenvolvimento de trabalhos de regularização fundiária ao longo do Município de Navegantes, por meio de Termo de Cooperação Mútua firmado com a Administração Municipal, e de acordo com Projeto “Lar Legal” instituído pela Resolução nº 11/2008 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, de 11 de agosto de 2008.

2 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

2.1 Serão admitidos à participar deste Credenciamento somente os que estejam legalmente estabelecidos, para os fins do objeto pleiteado, e que tenham, ou venham a ter, sede no Município de Navegantes ou em uma das cidades localizadas na região da AMFRI (Navegantes, Itajaí, Balneário Camboriú, Penha, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itapema, Luis Alves, Porto Belo).

2.2 É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, no presente Credenciamento, de mais de 01(uma) empresa.

2.3 As proponentes deverão apresentar carta de apresentação com a indicação do representante credenciado para praticar todos os atos necessários em nome da proponente em todas as etapas do Credenciamento, ou documento que comprove sua capacidade de representar, no caso de sócio ou titular.

2.4. Será vedada a participação de empresas quando:

a) constituídas na forma de consórcio;

b) que tenha sido declarada inidônea pela administração pública federal, estadual, ou deste município, ou ainda que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública;

c) sob o processo de Falência ou Recuperação Judicial;

3 DA HABILITAÇÃO

3.1 A empresa proponente deverá apresentar, em 01(uma) via, os seguintes documentos:

3.1.1 Habilitação Jurídica (artigo 28, Lei nº 8.666/93):

3.1.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

3.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

3.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

3.1.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Observação: Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o licitante tenha em seu objeto social as atividades compatíveis os requisitos previstos na referida Lei Municipal nº. 2170 de 15 de maio de 2009.



3.1.2 Regularidade Fiscal (artigo 29, Lei nº 8.666/93):

3.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

3.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.1.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através de Certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal conjuntamente com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

3.1.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

3.1.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, emitida pela Secretaria de Fazenda do Município, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

3.1.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

3.1.2.7 Prova de regularidade relativa a Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

Observação: As certidões deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

3.1.2.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), (instituída pela Lei 12.440/2011) com data da emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

3.1.3 Qualificação Econômico-Financeira (artigo 31, Lei nº 8.666/93):

3.1.3.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma.

3.1.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços Provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 3(três) meses da data da apresentação da proposta, assinado pelo contador responsável pela empresa.

3.1.4 Qualificação Técnica (artigo 30, Lei nº 8.666/93):

3.1.4.1 Apresentar atestado de capacidade técnica certificado por ente da administração pública (Municipal, Estadual ou Federal) que ateste a empresa haver realizado trabalhos de regularização fundiária célere e em larga escala, sendo esta responsável pelo procedimento completo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

3.1.4.1.1 Entende-se por procedimento completo a realização do levantamento cadastral, realização do levantamento topográfico, confecção da documentação necessária para entrega do instrumento hábil a concretizar regularização fundiária, nos termos previstos pelo Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001).

3.1.4.2 Declaração de que a empresa licitante possui condições operacionais de funcionamento pleno em uma das cidades localizadas na região da AMFRI (Navegantes, Itajaí, Balneário Camboriú, Penha, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itapema, Luis Alves, Porto Belo), ou que se compromete a viabilizar tal estrutura em uma dessas cidades, em até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, dispondo dos seguintes serviços: administrativo, técnico social, técnico de engenharia, jurídico, mediação e arbitragem, e ainda detenha comprovada condição de realização dos trabalhos propostos. A Proponente deverá especificar na declaração em qual cidade tem ou terá a estrutura.

3.1.4.3 Comprovação do licitante de possuir, na data prevista para entrega da proposta, vínculo com profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo sindicato da classe, dos seguintes profissionais:

- a) Advogado, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Santa Catarina, subscritor das peças processuais em que tenha sido desenvolvido o projeto "Lar Legal", nos termos estritos da Resolução nº 11/2008 do TJ/SC;
- b) Engenheiro regularmente inscrito no CREA/SC, subscritor de laudos que instruíram processos do projeto "Lar Legal", nos termos estritos da Resolução nº 11/2008 do TJ/SC;
- c) Mediador e/ou arbitro;
- d) Administrador, regularmente inscrito no CRA/SC;
- e) Técnico Social.

3.1.4.3.1 A comprovação deverá ser feita através de cópia da carteira profissional e da ficha cadastral do(s) profissional(s) na empresa; de seu diploma de graduação e relação dos respectivos autos (número do processo e juízo onde tramitou o processos) a fim de verificação por esta administração, quando exigido.

3.1.4.3.2. A comprovação do vínculo, a que se refere o item 3.1.3.4.3, poderá ser feita mediante a apresentação de contrato social, no caso de sócio, administrador ou diretor, ou por ficha de empregado acompanhado da carteira de trabalho, no caso de funcionário.

3.1.5 A proponente deverá ainda apresentar:

3.1.5.1 Declaração para Habilitação, dando ciência de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos na Cláusula Terceira deste Edital (Anexo I),

3.1.5.2 Declaração de Fato Superveniente da Habilitação dando ciência de que para a empresa licitante inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação, bem como que inexistente suspensão de contratar com a Administração Pública (Anexo II) e (§2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93)

3.1.5.3 Declaração de cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, ou seja, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ N° 83.102.855/0001-50

noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (modelo do Anexo III). (inciso V do artigo 27 da Lei n° 8.666/93)

3.2 À Comissão de Licitação reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

3.3 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

3.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

Observação: Os documentos necessários à Habilitação deverão ser, preferencialmente, apresentados conforme a seqüência acima mencionada. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

4 DA APRESENTAÇÃO

4.1 Os envelopes contendo a documentação necessária á habilitação deverão ser apresentados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

ENVELOPE N.º 01 – HABILITAÇÃO

PROCESSO N.º 174/2009

CREDENCIAMENTO N.º 001/2009 PMN

RECEBIMENTO: A PARTIR DAS 08:00 HORAS DO DIA 02/01/2014

4.2 O local de entrega dos envelopes contendo os documentos de "Habilitação" será o Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a Rua João Emílio n° 100, Centro, Navegantes, SC.

4.3 Ao apresentar os documentos de Habilitação, a proponente se obriga aos termos do presente Credenciamento.

5 DA ABERTURA E JULGAMENTO

5.1. A Prefeitura Municipal de Navegantes receberá os envelopes contendo os documentos e verificará se a documentação atende ao exigido nos preceitos do presente Edital.



5.2. O envelope poderá ser aberto no ato da entrega ou em momento posterior a critério da Prefeitura Municipal, não devendo ultrapassar o prazo de 02 (dois) dias a contar da data da entrega.

5.3. Aberto o envelope e constatado irregularidade na documentação apresentada, será comunicado por escrito a proponente, a qual restará imediatamente inabilitada. A efetivação (confirmação) ou não do referido comunicado não é motivo para interrupção ou suspensão do procedimento convocatório previsto no presente edital.

5.4. Restando regular a documentação, será(ao) imediatamente declarada(s) habilitada(s) a(s) empresa(s), restando, portanto, CREDENCIADA e sendo isto requisito para possibilitar a assinatura do respectivo Termo de Cooperação Mútua entre a pessoa jurídica e a administração municipal.

6. DA REMUNERAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. Pela prestação dos serviços, objeto do presente Edital, a empresa habilitada poderá cobrar dos moradores que aderirem ao **Plano de Regularização** os seguintes valores:

- a) R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para categoria 1 (um), conforme definição do item 6.2;
- b) R\$ 900,00 (novecentos reais) para categoria 2 (dois), conforme definição do item 6.2;
- c) R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) para categoria 3 (três), conforme definição do item 6.2.

6.1.1. Os valores, descritos no item 6.1 poderão ser cobrado dos moradores que participarem da regularização de forma parcelada, assim possibilitando o acesso de todos ao trabalho proposto.

6.2. A classificação dos locais para fins da definição dos critérios de cobrança seguirão a realidade local, sendo entendido como categoria:

- a) Categoria 1: invasões recentes/favelas em áreas públicas;
- b) Categoria 2: localidades com baixa infra-estrutura e imóveis considerados humildes;
- c) Categoria 3: imóveis pertencentes a áreas irregulares considerados de médio padrão.

6.3. As localidades serão enquadradas nas categorias de acordo com levantamentos prévios das condições do local, no conhecimento *in loco* da situação das áreas/residências, e ainda levando em conta a consequência (resultado) que a regularização fundiária repercutirá nas áreas destinadas ao trabalho, e conforme aprovação do Prefeito do Município de Navegantes.



7 DA VALIDADE

7.1 O presente Credenciamento terá validade pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado dentro dos limites previstos na lei 8.666/93.

8 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Em caso de REVOGAÇÃO ou ANULAÇÃO deste Credenciamento serão observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2 O prazo para a assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos, deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação através do e-mail copeli.nav@gmail.com ou por escrito e protocolado junto ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura do Município de Navegantes, sito a Rua João Emílio nº 100 – Centro – CEP 88375-000 – Navegantes – SC, em dias úteis, no horário de expediente.

8.4 Os casos omissos serão decididos pela Comissão em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

8.5 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculada Comissão de Licitação, ou seja, o foro da Comarca de Navegantes/SC.

8.6 Aplica-se ao presente Edital, nas partes omissas, a legislação em vigor.

8.7 Integram este Edital os seguintes anexos:

- ANEXO I – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO;
- ANEXO II – DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE;
- ANEXO III – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;
- ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO.

8.8 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

8.9 Para o conhecimento público, expede-se o presente edital, que é afixado no MURAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO, no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.

NAVEGANTES, SC, 02 de janeiro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito do Município de Navegantes



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (Modelo)

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório –
Credenciamento nº 01/2009, que a empresa

_____ inscrita sob o CNPJ _____
_____ atende plenamente aos requisitos necessários à
Habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item
3.1, do Edital convocatório.

Local e data: _____, _____, _____ de _____ de
_____.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

ANEXO II

DECLARAÇÃO

A licitante _____ razão social _____ declara sob as penas da lei que até a presente data não ocorreram quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação ou determinativos de sua suspensão temporária para contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data: _____, _____, _____ de _____ de _____.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.

Obs: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Modelo)**

A empresa _____,
inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de
seu representante legal, _____ sr(a).
_____, portador(a) da
Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____,
_____, **DECLARA** para fins do disposto no
inciso V do art. 27 da lei 8.666/93, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro
de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
(_____).

Local e data: _____, _____, _____ de
_____ de _____.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO PMN – Nº 00XXX/2009

**TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E O
XXXXXXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, e a empresa _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na Rua _____, nº _____ - Bairro _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo senhor _____, portador do CPF nº _____, que também subscreve, doravante denominada de COOPERANTE, têm entre si justo e contratado o que segue:

1 DO OBJETO

1.1 O objeto deste Termo de Cooperação Mútua é o desenvolvimento de trabalhos de regularização fundiária ao longo do Município de Navegantes, conforme especificações contidas no Credenciamento nº 1/2009, e de acordo com Projeto “Lar Legal” instituído pela Resolução nº 11/2008 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, de 11 de agosto de 2008.

2. DOS DOCUMENTOS

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização da execução, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus Anexos, os seguintes documentos:

- a) Edital de Credenciamento nº 01/2009 e seus Anexos;
- b) Ata de Reunião de Habilitação.

2.2 Os documentos referidos no presente item são considerados suficientes para, em complemento a este Termo de Cooperação, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3 DA METODOLOGIA DO SERVIÇO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

3.1. A Cooperante deverá promover ações integradas e a conjugar esforços com as demais partes envolvidas para implementar medidas de natureza administrativas e judiciais com vistas a desenvolver a regularização fundiária no município de Navegantes, de forma a atender os preceitos insculpidos no Plano de Regularização previamente desenvolvido pela administração municipal, o qual se destina a buscar o correto e sustentável desenvolvimento da cidade, nos termos delineados pela Constituição Federal, em específico de seus artigos 182 e 225, como também pelo Estatuto da Cidade (Lei nº10.257/2001), ressaltando em específico seu artigo segundo¹.

3.2 A Cooperante, seguindo os critérios determinados pela Administração Municipal no Plano de Regularização do Município, deverá realizar os levantamentos documentais, atendimento nos locais conflitantes, medições/topografia específicas e individuais de cada lote a ser regularizado, proceder com demandas judiciais e/ou extra-judiciais para aplicação das formas de regularização dos títulos, bem como demais procedimentos necessários a serem estabelecidos ou já determinados.

3 DO PREÇO

3.1. Pela prestação dos serviços, objeto do presente Edital, a empresa habilitada poderá cobrar dos moradores que aderirem ao **Plano de Regularização** os seguintes valores:

- a) R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para categoria 1 (um), conforme definição do item 6.2;
- b) R\$ 900,00 (novecentos reais) para categoria 2 (dois), conforme definição do item 6.2;
- c) R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) para categoria 3 (três), conforme definição do item 6.2.

3.1.1. Os valores, descritos no item 3.1 poderão ser cobrado dos moradores que participarem da regularização de forma parcelada, assim possibilitando o acesso de todos ao trabalho proposto.

3.2. A classificação dos locais para fins da definição dos critérios de cobrança seguirão a realidade local, sendo entendido como categoria:

- a) Categoria 1: invasões recentes/favelas em áreas públicas;
- b) Categoria 2: localidades com baixa infra-estrutura e imóveis considerados humildes;
- c) Categoria 3: imóveis pertencentes a áreas irregulares considerados de médio padrão.

¹ “Art. 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

...

III – Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

3.3. As localidades serão enquadradas nas categorias de acordo com levantamentos prévios das condições do local, no conhecimento *in loco* da situação das áreas/residências, e ainda levando em conta a consequência (resultado) que a regularização fundiária repercutirá nas áreas destinadas ao trabalho, e conforme aprovação do Prefeito do Município de Navegantes.

4 DO PRAZO

4.1 O Contrato vigorará pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; podendo ser prorrogado nas formas do artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações.

5 DA FISCALIZAÇÃO

5.1 Cabe ao MUNICÍPIO, através do setor competente, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços contratados.

§ 1º - O Cooperante declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo MUNICÍPIO.

§ 2º - A existência e atuação da fiscalização do MUNICÍPIO em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva do Cooperante, no que concerne ao objeto deste Termo.

8 DAS OBRIGAÇÕES DO COOPERANTE

8.1 Executar os trabalhos de regularização fundiária no município de Navegantes de forma a garantir a integral conclusão do cronograma proposto no Plano Municipal de Regularização Fundiária, para tanto dispondo dos setores: administrativo, técnico social, técnico de engenharia, jurídico, de mediação e arbitragem nos termos previstos na Lei Municipal nº 2.170 de 15 de maio de 2009.

8.2. Auxiliar o MUNICÍPIO no desenvolvimento das legislações específicas, das reuniões explicativas, e demais condições que se façam necessárias para o eficiente exercício do Plano de Regularização Fundiária.

8.3. Atender os critérios de valores a serem cobrados dos moradores nos termos previamente determinados pelo MUNICÍPIO para cada localidade, sempre restando disponível a forma de pagamento parcelada, com o fito de atender às condições de todos os munícipes envolvidos no referido Plano.

8.4. Prezar pela máxima eficiência com o mínimo de custo no projeto ora proposto, apoiando e participando de todas as ações dos partícipes integrantes do trabalho ora proposto.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

8.5 A Cooperante é responsável, direta e exclusivamente, pela execução deste Termo e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

8.6 A Cooperante é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

8.7 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da Cooperante.

8.8 A Cooperante é responsável também pela qualidade dos serviços oferecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da conclusão dos serviços, tenham adulterado ou executado os mesmos fora dos padrões exigidos.

8.9 A Cooperante fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos materiais, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo o MUNICÍPIO de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

9 DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. Desenvolver toda e qualquer legislação pertinente e necessária para instrumentalizar a efetiva execução da regularização fundiária no Município de Navegantes, nos termos especificados no presente e naquele a ser firmado entre as partes interessadas.

9.2. Dispor dos setores internos específicos e pertinentes para fornecimento de materiais necessários para o desenvolvimento dos trabalhos ora propostos.

9.3. Utilizar de suas prerrogativas e exercer articulação perante órgãos, departamentos, cartórios e afins, que se faça necessário para a redução de custos referente ao trabalho de regularização fundiária ora proposto.

9.4. Desenvolver reuniões explicativas dos termos do Plano de Regularização Fundiária que se desenvolve no município.

9.5. Prezar pela máxima eficiência com o mínimo de custo no projeto ora proposto, apoiando e participando de todas as ações dos partícipes integrantes



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

do presente Termo.

10 DAS PENALIDADES

10.1 As partes sujeitar-se-ão, no que couber, às penalidades previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, nas seguintes condições:

11 DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 O presente termo poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 78 e 79 da lei 8.666/93 e alterações.

12 DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1 O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expresse consentimento do MUNICÍPIO.

13 DA PUBLICIDADE

13.1 O Cooperante poderá promover publicidade, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, objetivando incentivar o municípes a efetuar a regularização fundiária no município de Navegantes.

14 DO FORO CONTRATUAL

14.1 Fica eleito o foro da Comarca de Navegantes/SC, como competente, a fim de dirimir questões que se originem do presente Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes contratantes assinam este Termo de Cooperação em 03(três) vias de igual teor, na presença de 02(duas) testemunhas.

Navegantes, XX de XXXX de 2009.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito do Município de Navegantes

XXXXX
Cooperante

TESTEMUNHAS

XXXX
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

XXXX
CPF: XXX.XXX.XXX-XX



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

De acordo com os termos do contrato:

XXXXX
Procurador Geral do Município

XXXXXXX
Secretário de Administração do
Município